

A EXISTÊNCIA DE DEUS NO LIVRO AS LEIS DE PLATÃO

THE EXISTENCE OF GOD IN THE BOOK THE LAWS OF PLATO

JOSÉ APARECIDO PEREIRA

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná,
Brasil
pzez@bol.com.br

**FELIPE FONAZIERI
GONÇALVES FERREIRA**

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná,
Brasil
felipefgferreira@gmail.com

Received: 17 Nov 2023

Accepted: 11 Jan 2024

Published: 03 Feb 2024

Corresponding author:

pzez@bol.com.br



Resumo: Na abordagem da segunda navegação Platão estabelece um marco basilar na filosofia, qual seja, a passagem do mundo sensível para o suprassensível ou a metafísica. Mas, afinal, qual é o limite da investigação metafísica que Platão inaugura e, por consequência, quais seriam os primeiros princípios? A resposta à essa questão pode ser buscada na obra de Platão, já que o próprio filósofo almeja estabelecer a existência de uma causa primeira ou um ser que seja superior. O objeto de investigação do presente artigo se situa no âmbito da metafísica platônica e a questão a ser respondida é: qual a argumentação proposta por Platão para sustentar a existência de Deus? O método utilizado para realizar esta pesquisa será essencialmente hermenêutico e analítico, visto que o intuito é compreender e analisar o pensamento platônico, especialmente no capítulo X do livro *As Leis*. Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira situamos em que âmbito se insere o pensamento do autor, a saber, na crença da existência dos deuses provinda da cultura grega que Platão considera serem dignas de se crer em função de sua antiguidade e das evidências presente em todo o universo. Na segunda parte, exporemos os argumentos que sustentam a existência de Deus presente na obra de Platão. Ele finca as bases de inúmeras provas que o procederão. Finalmente, na terceira parte identificaremos desdobramentos decorrentes da concepção sobre Deus de Platão.

Palavras-chave: Platão. Metafísica. Existência de Deus. *As Leis*.

Abstract: In the approach of the second navigation, Plato establishes a basic landmark in philosophy, that is, the passage from the sensible world to the supersensible or metaphysics. But, after all, what is the limit of the metaphysical investigation that Plato inaugurates and, consequently, what would be the first principles? The answer to this question can be found in Plato's work, since the philosopher himself aims to establish the existence of a first cause or a being that is superior. The object of investigation of this article is within the scope of Platonic metaphysics and the question to be answered is: what is the argument proposed by Plato to support the existence of God? The method used to carry out this research will be essentially hermeneutic and analytical, as the aim is to understand and analyze Platonic thought, especially in chapter X of the book *As Leis*. This article is structured in three parts. In the first, we situate in which scope the author's thought is inserted, namely, in the belief in the existence of the gods from the Greek culture that Plato considers to be worthy of belief due to their antiquity and the evidence present throughout the universe. In the second part, we will expose the arguments that support the existence of God present in Plato's work. It lays the foundations for countless proofs that will do so. Finally, in the third part we will identify developments arising from Plato's conception of God.

Keywords: Plato. Metaphysics. Existence of God. The Laws.

1. Introdução

Na exposição da segunda navegação Platão estabelece um marco basilar na filosofia, qual seja, a passagem do mundo sensível para o suprassensível. O horizonte de visão filosófica é expandido de tal forma que podemos imaginar não um simples marinheiro com sua canoa e remos no mar calmo sem ventos, mas um novo homem que adquire um par de asas e alça voo para o que está além do que os sentidos podem tocar. Mas, afinal, qual é o limite da investigação metafísica que Platão inaugura e, por consequência, quais seriam os primeiros princípios? A resposta a essa questão pode ser buscada na obra de Platão, já que o próprio filósofo almeja estabelecer a existência de uma causa primeira, um ser que seja superior a todas as coisas justamente por ser necessário diante da realidade que a nós se mostra. Eis, portanto, o assunto da nossa discussão no presente artigo.

O objeto de investigação do presente artigo se situa no âmbito da metafísica platônica e a questão a ser respondida é a seguinte: qual a argumentação proposta por Platão para sustentar a existência de Deus? A fim de responder essa questão, temos como objetivo compreender o tema em Platão e identificar as razões de suas concepções, para assim, problematizar se a afirmação de uma realidade superior é necessária ou não. Os procedimentos metodológicos utilizados para realizar esta pesquisa foi essencialmente hermenêutico e analítico, visto que o intuito é compreender e analisar o pensamento platônico, especialmente no capítulo X do livro *As Leis*. Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira situamos em que âmbito se insere o pensamento do autor, a saber, na crença da existência dos deuses provinda da cultura grega que Platão considera serem dignas de se crer em função de sua antiguidade e das evidências presente em todo o universo. Com isso surge a necessidade de todos acreditarem nesta verdade. Na segunda parte, exporemos os argumentos que sustentam a existência de Deus presente na obra de Platão. Este insigne filósofo finca, portanto, as bases de inúmeras provas que o procederão. Finalmente, na terceira parte identificaremos desdobramentos decorrentes da concepção sobre Deus de Platão.

A relevância do assunto discutido no presente artigo está vinculada ao fato de que é inegável que muito do que Platão explanou se tornou uma base para a filosofia subsequente. Seguindo a tradição recorreremos novamente ao filósofo, afinal sua contribuição filosófica é sempre atual. Ao

citar em suas obras o ser ao qual damos o nome *Deus*, Platão inevitavelmente demonstra, mesmo que de maneira incompleta, quem é Deus.

2. A existência de Deus no âmbito do pensamento platônico

Platão¹ (2010, p. 432) propõe que aqueles que não creem nos deuses sejam encarcerados e levados a júri e se preciso, que suas vidas lhes sejam tiradas. A nós, dois mil e quatrocentos anos depois, causa-nos espanto uma afirmação deste caráter, em contrapartida e, ao mesmo tempo, emerge uma curiosidade apreensiva por compreender o que leva Platão a essa afirmação, nasce aquela centelha de certeza: que encontraremos razões expressivas que devem ser exploradas.

O problema de Deus perpassa todos os homens de todas as épocas em todos os contextos. Não há uma sociedade sequer que não estabeleceu princípios que se identificasse com um ser superior transcendente e mais poderoso que o homem, que criou o homem, que sustenta o homem, ou mesmo que veio ao mundo e morreu pelo homem, enfim todos se questionam sobre Deus, ou melhor, o homem se questiona sobre o que poderia estar acima da matéria perceptível pelos sentidos, o que, quem, de que forma. A racionalidade permite ao homem levantar questões de toda ordem sobre a existência, ao longo da história percebemos o uso de vários métodos para estabelecer o que comumente chamamos de Deus. Raciocínios repletos de argumentação que dão esperança as angústias do homem que questiona; na antiguidade os mitos já possuíam o papel de dar significação prática a realidade, com o tempo já não satisfaziam o pensamento filosófico que nascia entre os gregos e exigia uma fundamentação racional. Nesse sentido, desde sua gênese com Tales de Mileto, a filosofia já buscava teorizar esta problemática. Os filósofos seguintes seguiram pelo mesmo caminho, numa busca incessante que permanece até os dias atuais. Ainda que alguns filósofos, como Heidegger, neguem que Deus seja objeto da filosofia, fato é, que através da filosofia inumeráveis autores buscaram demonstrar a existência de um ser transcendente. A própria realidade exige a discussão, sendo que Deus continua sendo objeto da filosofia. Santo Agostinho (2002, p. 23), em uma de suas célebres frases exclama: “[...] nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousar em Vós”². Essa afirmação ecoa de uma forma ou de outra na vida singular de cada homem. O estabelecimento de teorias que demonstrem a existência de um ser superior é ocasionado devido a essa singularidade presente no homem.

¹ Alfred North Whitehead (1956, p. 67) afirma que a definição mais precisa da Filosofia Ocidental é a de que ela não passa de uma sucessão de notas de rodapé da obra de Platão.

² “Ora, o verdadeiro e soberano bem é Deus mesmo, di-lo Platão. Por isso quer que o filósofo tenha amor a Deus, pois se a felicidade é o fim da filosofia, gozar de Deus, amar a Deus é ser feliz” (AGOSTINHO, 2017, p. 439).

A partir disso, olhamos para a Grécia de Platão marcada pelo politeísmo mítico, sendo que o próprio Platão recebeu, como de costume, a crença nos vários deuses; os deuses possuem destaque na cultura grega porque são tidos como responsáveis por diversas ações no universo. São as divindades que explicam os diferentes movimentos da realidade. Contudo, é perceptível que a busca pela sabedoria que Sócrates insistia também se dá de forma marcante em Platão que, como o mestre, também se questionou sobre a crença nos deuses e tentou racionalizá-la. Uma das causas da morte de Sócrates é a sua descrença nos deuses nacionais, motivo pelo qual, possivelmente, Platão terá cautela ao tratar sobre o assunto.

Para salvaguardar a cultura e a crenças dos gregos, segundo E. R. Dodds (2002, p. 222), Platão utilizava das crenças comuns na época para transmitir os seus ensinamentos. E para qual direção o pensamento de Platão se dirigia quanto a existência de Deus³? Primeiramente Platão jamais nega a existência dos deuses tradicionais gregos. Conclama por vezes o culto a eles, no entanto, o seu raciocínio filosófico o leva a questionar quem seriam esses deuses e o porquê da sua existência:

No Crátilo, por exemplo, ele faz Sócrates dizer que não sabemos nada sobre estes deuses, nem sequer seus nomes verdadeiros, e no Fedro, que imaginamos um deus (πλαττομεν) sem termos visto ou formado uma idéia adequada de como ele é. Em ambas as passagens a referência é feita aos deuses mitológicos. A implicação parece ser a de que o culto a tais deuses não possui nenhuma base racional, empírica ou metafísica. Seu nível de validade é, no melhor dos casos, da mesma ordem daquele que Platão confere às intuições do poeta ou do vidente. (DODDS, 2002, p. 221)

Platão se submetia as necessidades dos homens gregos que não estavam preparados para o anúncio de uma teologia natural que ele estava desenvolvendo. A sociedade era marcada pela crença até o ponto de haver uma união rigorosa entre a expressão de fé e o Estado. Nas leis da pólis estava presente a obrigatoriedade da crença nos deuses por exemplo. Platão se mostra, portanto, prudente quando trata dos deuses. Podemos elencar dois motivos: o primeiro para manter a harmonia com os cidadãos já que eles devem estar em consonância com a vida do Estado para que haja o bem coletivo, o segundo porque parece que Platão não tinha claro aonde chegaria, tanto é que fala de maneira ampla, abrindo margem para a interpretação, porém com uma direção clara.

Platão ao longo do seu pensamento se utiliza de mitos para explicar verdades obscuras. O limite da razão não o impede de vasculhar os possíveis princípios eternos, que por sua vez, já são

³ Prezaremos por utilizar Deus com “D” maiúsculo, pois apesar de Platão escrever “deus” a tradição posterior tende a nomear Deus quando se estabelece um ser primeiro e superior a todas as coisas existentes. Além disso Platão sempre utiliza o termo “Divindade” no maiúsculo e no singular.

delimitados em seu perímetro através de um raciocínio prévio, porém desconhecidos no conteúdo de sua área. Ainda assim, através dos mitos⁴, o insigne filósofo nos propõe interpretações consistentes, lógicas e embasadas. Em *As Leis* (2010, p. 185) há o seguinte diálogo que demonstra claramente esse método platônico: “*Clínias*: E quem é esse deus? *O ateniense*: Será que não deveríamos, então, recorrer mais uma vez ao mito de modo a responder satisfatoriamente a essa questão?”. Nesse sentido afirma Antônio Freire (1971, p. 236) que “Os mitos, em Platão, não são pura ficção, é certo; são, antes, roupagem poética de profundas intuições filosóficas”. Sendo assim o mito tem o poder de persuadir e facilitar o entendimento das ideias de Platão, especialmente para o povo comum com suas crenças politeístas. A compreensão desse recurso muito utilizado por Platão abre portas para entender a verdadeira abrangência de suas reflexões.

Quanto ao contexto peculiar em que se desenvolve a obra de Platão notaremos que em diversas passagens é estabelecida a necessidade de um ser primeiro, ainda que haja uma roupagem mítica em que a imprecisão se mostre latente é inegável que transpareçam princípios que não são submetidos a outros, sendo, portanto, primeiros e superiores⁵. Corrobora para o esclarecimento dessa questão Johannes Hirschberger (2011, p. 163-164): “Platão, é verdade, recorre frequentemente ao modo de exprimir-se usual da religião popular, embora fosse, pessoalmente e sem dúvida, monoteísta, sempre que fala com total seriedade e externa o seu íntimo, diz em regra Deus era vez de deuses”. De forma semelhante Freire (1971, p. 233) afirma que Platão: “Por religiosidade atávica, procurou manter os deuses tradicionais, subordinados a um Deus supremo, e racionalizando-os com base científica na divinização dos astros”, nomeia-se essa concepção de henoteísmo. Por fim destacamos ainda a posição de Werner Jaeger (2013, p. 1393):

O Estado era a forma social que a tradição histórica do povo grego oferecia a Platão, para que nela gravasse aquela ideia. Ao infundir-lhe, porém, a sua nova ideia de Deus, medida de todas as coisas, transmutava-o de organização terrena local e temporal em reino ideal de Deus, tão universal como o seu símbolo, os astros divinos animados. Os seus corpos cintilantes são as imagens dos deuses, os *agalмата*, que o platonismo substitui às figuras dos deuses do Olimpo. E esses deuses não estão confinados a estreitos templos erguidos pela mão do Homem; ao contrário, a sua luz brilha sobre todos os povos da Terra, anunciando o Deus uno, supremo e invisível.

⁴ Segundo Giovanni Reale (2007, p. 131): “Platão recupera, além disso, o valor cognoscitivo do mito como complemento do logos: a filosofia platônica se torna, na forma de mito, uma espécie de fé racionalizada, no sentido de quem, quando a razão chega aos limites extremos de suas capacidades, deve superar intuitivamente tais limites, desfrutando as possibilidades que se lhe oferecem na dimensão da imagem e do mito”.

⁵ Quanto a doutrina dos primeiros princípios afirma Reale (1997, p. 159): “Esta doutrina contém a fundação última, porque explica quais são os Princípios dos quais brotam as Idéias (que, por sua vez, explicam as coisas) e, portanto, fornece a explicação da totalidade das coisas existentes”.

No decorrer deste artigo essa tensão entre o politeísmo grego e um monoteísmo inédito ficará clara. Ainda assim, é inegável o posicionamento de Platão que não pôde contradizer a lógica de seu raciocínio. Platão atribui sumária importância aos assuntos divinos considerando-os princípios eternos. Ao se referir sobre a divindade Platão utiliza a palavra θεον (theon), Deus, algo peculiar diante do pensamento exposto em outros diálogos quanto à doutrina do Demiurgo⁶ (Δημιουργός) presente, por exemplo, no *Timeu*. Não somente as afirmações de Platão nos levam à conclusão que na fase final do seu pensamento é estabelecido um único Deus como sendo superior a todas as coisas, mas também as doutrinas não escritas⁷ confirmam essa predileção decorrente do desenvolvimento do pensamento do autor.

A obra de Platão é ampla, são diversos títulos sobre diversos assuntos sem, contudo, um que tratasse especificamente sobre o tema abordado nessa pesquisa. Diante disso, pela objetividade na forma como o assunto foi tratado escolhemos especificamente o capítulo X do livro *As Leis*⁸ como texto base. O capítulo definido pode ser nomeado “As leis referentes a impiedade”, já que trata em seu cerne acerca daqueles que não acreditam nos deuses. O intuito é a promulgação de leis⁹, sendo que a definição dos agravantes e das penas também são apresentadas. Platão se preocupa também em expor algumas razões para a crença nos deuses com a intenção de justificar as leis propostas. Tal discurso é sumamente importante para entendermos a posição tomada pelo filósofo quanto ao objeto de pesquisa deste artigo. Johannes Hirschberger (2011, p. 162) afirma que “Deus não é, para Platão, apenas objeto da fé! Tal concepção é ainda estranha ao homem antigo. A existência de Deus é para ele, antes, objeto da ciência”. A necessidade de se estabelecer uma investigação e uma comprovação impulsiona Platão que, de forma contundente, busca justificar a definição de leis que garantam a crença na existência dos deuses. Imbuído de um espírito que anseia por resposta assim exorta Platão (2010, p. 295) quanto aos assuntos divinos:

⁶ Platão apresenta sua concepção sobre o Demiurgo expressamente no *Timeu*. O demiurgo é o artesão, aquele que moldou a matéria e fabricou o universo, o ser que deu ordem ao mundo que estava em caos, o único Deus.

⁷ Segundo Giovane Reale (1997, p. 24) as “Doutrinas não-escritas” são as que Platão “quis comunicar exclusivamente mediante a dimensão da oralidade dialética”, provinda principalmente de Aristóteles, mas também de outros discípulos. O próprio Platão no *Fedro* (274b - 278e) e na *Carta VII* (341b - 344d) trata sobre a questão.

⁸ O último e mais extenso dos diálogos do mestre da Academia, trata sobre variados temas como gnosiologia, ética, política e ontologia, sendo que sempre com o intuito de compreender a promulgação das leis e a conduta dos cidadãos. Representa mais de um quinto de todo os seus escritos e reúne o pensamento amadurecido do velho Platão, muito do que está escrito em “As Leis” obriga os pesquisadores a revisitarem o pensamento platônico estudado exaustivamente nos diálogos menores. Os interlocutores do diálogo são o Ateniense (personagem principal), Clínia de Creta e Megilo de Lacedemônia.

⁹ As duas primeiras falas do diálogo *As Leis* já antecedem a importância do décimo capítulo para o livro como um todo: “O *ateniense*: A quem atribuis, estrangeiros, a autoria de vossas disposições legais? A um deus ou a algum homem? *Clínia*: A um deus, estrangeiro, com toda a certeza a um deus”. (PLATÃO, 2010, p. 67)

E a despeito dos assuntos humanos serem indignos de serem levados muito a sério, somos compelidos a levá-los a sério, o que constitui o nosso infortúnio. [...] o que quero dizer é que se deve levar a sério coisas sérias e não ninharias e que o objeto realmente digno de todo esforço sério e abençoado é por natureza a Divindade [...]

Fato é que o maior discípulo de Platão aprendeu bem com o mestre ao percorrer o mesmo caminho quando se trata das questões elevadas:

Mas não devemos seguir os que aconselham a ocupar-nos com coisas humanas, visto que somos homens, e com coisas mortais, visto que somos mortais; mas na medida em que isso for possível, procuremos tornar-nos imortais e envidar todos os esforços para viver de acordo com o que há de melhor em nós. (ARISTÓTELES, 1991, p. 235)

A busca por descobrir o que sustenta a realidade presente impele Platão e Aristóteles a debruçar todos os seus esforços na metafísica, mesmo porque, dentro de seus sistemas filosóficos o princípio de uma realidade superior é essencial. Logo no início do capítulo X do livro *As Leis*, Platão (2010, p. 409) pede aos deuses que o ajudem a provar a existência dos mesmos deuses, um pedido que é feito com fervor e, igualmente, com indignação, já que é um pesar para ele ter que demonstrar a existência do óbvio: “E se em algum momento tínhamos que invocar a ajuda da Divindade, esta é a hora de fazê-lo. Que os deuses sejam invocados com todo zelo para auxiliarem na demonstração de sua própria existência”¹⁰. Logo, para que a impiedade, isto é, os ultrajes cometidos por palavras e ações e, principalmente a descrença na existência dos deuses, não seja propagada ou moralmente aceita, prontamente o filósofo se dispõe a defendê-los.

Aqueles que não acreditam nos deuses proferem as ofensas mais graves além de ir contra a prescrição da lei, por isso devem ser combatidos. Platão (2010) considera que não deve ser fácil a partir da verdade¹¹ afirmar a existência dos deuses, afinal a causa de sua impiedade não é somente a sua incontinência em relação a prazeres e apetites, mas sobretudo a “Uma penosíssima ignorância que passa por ser o auge da sabedoria” (PLATÃO, 2010, p. 400). A partir disso Platão opta por utilizar dos melhores argumentos, os que mais persuadem, para, sem reservas, demonstrar que os deuses existem.

¹⁰ “Εμπρός, λοιπόν! Αν πρέπει καποτε να παρακαλέσουμε κάποιον θεο, τώρα είναι η πιο κατάλληλη στιγμή να το πράξουμε. Ας επικαλεσθούμε δηλαδή με όλη μας τη ψυχή τη Βοήθεια τους, για να αποδείξουμε την υπαρχή τους κι ας κρατηθούμε απ’ αυτό σαν από στερεό σκιοι για να προχωρήσουμε περισσότερο στην τωρινή μας συζήτηση.” O livro em grego preza pela singularidade de um Deus (θεο)

¹¹ “*Clínias*: Certamente não parece fácil, estrangeiro, afirmar com base na verdade que os deuses existem?” (PLATÃO, 2010, p. 398); “*Clínias*: A verdade é uma coisa nobre, estrangeiro, e duradoura, contudo não me parece fácil fazer com que seja admitida” (PLATÃO, 2010, p. 117)

Para Platão é difícil alguém encontrar uma forma de argumentar a favor dos deuses sem paixão, já que é causa de indignação e constrangimento ter que argumentar tal certeza. Platão (2010, p. 401) afirma que quanto aos deuses, sua “[...] existência está mais assegurada do que todo o resto”. Configuram-se, então, no mais alto grau de importância na ordem de existência dos seres. Por ser uma certeza indubitável a Divindade é, portanto, princípio fundamental. Perplexo exclama Platão (2010, p. 401) quanto à não existência dos deuses: “[...] como alguém dotado de um grão de senso o afirmaria; [...] que seja nosso prelúdio de abordagem a tais indivíduos de mente corrompida em tom desapassionado e atenuando o fogo de nossa paixão, lhes falemos suavemente [...]”. A partir disso, e de forma branda, Platão (2010, p. 401-402) dirige-se a um suposto jovem que não crê nos deuses nos seguintes termos:

Meu filho, és ainda jovem e o tempo, à medida que avançar, te fará alterar muitas das opiniões que agora sustentas: assim aguarda até então antes de emitires juízos sobre matérias de suma gravidade e importância, e destas a mais grave de todas [...] nem tu por conta própria, nem ainda teus amigos foram os primeiros e mais originais a adotarem essa opinião sobre os deuses; pelo contrário, é verdade que pessoas que sofrem dessa doença estão sempre nascendo em números maiores ou menores. [...] Para que formes uma doutrina a respeito deles que fosse para provar o mais verdadeiro, se queres seguir meu conselho, espera, considerando, por enquanto, o peso da afirmação bem como o da negação [...] e neste ínterim não ousa incorrer em culpa de impiedade relativamente aos deuses.

Platão aconselha então que para que se forme uma doutrina a respeito dos deuses que seja verdadeira, não se deve a princípio nem negar nem afirmar sua existência, mas investigar com sinceridade até que se chegue à verdade. A contundência em afirmar a existência dos deuses dá espaço a delicadeza em demonstrar àqueles que não acreditam nos deuses os argumentos de sua existência, sem, no entanto, abrir espaço para que esses cometam impiedade.

Segundo Platão, alguns dizem que as coisas vêm à existência através de três maneiras: pela natureza, pela arte e pelo acaso. Dessa forma, as mais belas coisas são produto da natureza e do acaso, enquanto a arte por utilizar os produtos primários da natureza modela as coisas menores e, portanto, são artificiais e consideradas secundárias. A partir desse argumento, dizem eles que os deuses são produzidos pela arte e não pela natureza, já que, são fruto de convenções nas mais variadas culturas. Nesse sentido também é a justiça e certas coisas consideradas belas. Isso se mostra, segundo eles, pelo fato dessas coisas estarem em constante polêmica e alterações arbitrárias. Para Platão, essas ideias são opiniões dos sofistas que, fatalmente, muitos jovens absorvem ocasionando uma epidemia de impiedade. Para que isso não ocorra o legislador da pólis deve,

portanto, empregar o que for necessário para salvaguardar a doutrina antiga da existência dos deuses, das noções do belo e do justo, da virtude e do vício, deve incansavelmente e com persuasão.

Diante da necessidade de defender a existência dos deuses frente a disseminação de doutrinas contrárias se faz necessário o desenvolvimento de uma legislação inteligente. Dessa maneira, o maior dos obtusos poderá consultá-la e examiná-la, pois seu conteúdo permanecerá inalterável. É notável que no contexto de Platão havia pouquíssimo ateísmo, porém já insurgia indivíduos que questionavam a crença nos deuses e é por causa deles e da possibilidade de difusão dessas ideias que há a preocupação por esclarecer e ratificar esta que é para Platão a maior das verdades. Nos tempos atuais a fé não praticada e o ateísmo se mostram preponderante, para Platão isso seria causa de preocupação extrema e deveria ser combatido. Por isso, em *As Leis* já conclamava a ninguém se abster de fazer suas contribuições na argumentação a favor dos deuses e que essa seja com todas as forças. No próximo tópico apresentaremos quais são os argumentos propostos por Platão que sustentam a existência de Deus.

3. Argumentos que sustentam a existência de Deus no livro *As Leis*

O décimo livro das Leis se desenvolverá a partir de três preposições que buscam explicar a causa da impiedade, isto é, a não crença nos deuses. São elas: não acreditar de fato na existência dos deuses, não acreditar que os deuses se importam com os assuntos humanos e acreditar que os deuses podem ser conquistados por subornos através de oferendas e orações. Para Platão, essas ações conduzem o cidadão à prática abominável da impiedade prevista na constituição dos gregos e, portanto, passível de pena. A partir disso ele defenderá que os deuses existem, que eles se importam com a humanidade e que eles independem das ofertas humanas. Nisto se desenrola os argumentos de Platão para sustentar a sua posição. A exposição de argumentos, como fez Platão no livro *As Leis* (2010) para demonstrar a existência de Deus é sempre um tema inesgotável e, por isso, perene.

Para provar a existência dos deuses Platão parte da afirmação daqueles que estabelecem a água, o fogo, a terra e o ar como elementos primários e a alma, por exemplo, como sendo um produto posterior. Platão (2010, p. 406) questiona-se se esse pensamento poderia ser chamado de “[...] fonte de opinião irracional comum a todos aqueles que sempre se ocuparam das investigações da natureza?”. Essa crítica é claramente atribuída aos filósofos naturalistas que buscaram estabelecer elementos materiais como sendo a causa da realidade existente. Para Platão, os seus

argumentos são ímpios, empregados de maneira enganosa e incorreta, fruto do achismo de certas pessoas. A respeito dessa discussão Platão (2010, p. 407) afirma:

o que é para todas as coisas sem exceção a causa primeira de sua geração e destruição é aquilo que essas doutrinas, que constituíram almas ímpias, declaram ter se produzido não primeiramente, mas posteriormente, sendo que do que é elemento ulterior, eles fizeram o elemento primário. e devido a isso eles caíram em erro com relação à verdadeira natureza da existência divina.

Ora, para Platão, só pode existir uma causa primeira sendo o contrário inconcebível, sob o risco de contradição e erro. Aqueles que não creem em um ser divino colocam como causa primeira aquilo que é causa segunda, isto é, a matéria. A natureza do ser divino ou na tradução literal “a substância do ser divino” é a alma, considerada por aqueles que Platão critica como sendo posterior aos supostos elementos materiais originários. Ao contrário deles afirma Platão (2010, p. 407) que assim como a alma é anterior ao corpo, assim também “deverão ser as coisas que têm afinidade com a alma necessariamente anteriores (do ponto de vista da origem) às coisas que se referem ao corpo [...]”. Provar o primado da alma sobre a matéria é, para Platão, assumir a primazia de Deus.

As expressões “causa primeira” e “elemento primário” na exposição argumentativa de Platão apontam para uma ordem na existência e, também, a elucidação de um ser originante. Desde já indicam uma teoria da causalidade que o próprio Platão irá tratar de certa forma no decorrer do diálogo. Com o intuito de provar que a alma é anterior ao corpo Platão descreve dez tipos de movimentos dos corpos, no entanto, apenas um lhe interessa, o décimo. O último dos movimentos na ordem investigativa de Platão é na verdade o primeiro na ordem ontológica. Dele provém todo movimento e toda transformação de tudo o que existe, todos os outros movimentos são secundários sendo, portanto, infinitamente inferior ao movimento capaz de mover a si e aos demais, sem ser movido por outrem. Para o filósofo, os movimentos que movem e são movidos são causas secundárias enquanto o movimento primeiro “[...] é a fonte de toda transformação e de todo movimento de tudo que realmente existe” (PLATÃO, 2010, p. 411) sendo, portanto, “infinitamente superior aos demais, e que todos estes lhes são secundários” (PLATÃO, 2010, p. 411). Desta forma, segundo Hirschberger (2011) a doutrina de Aristóteles sobre o motor imóvel se assemelha peremptoriamente a concepção de Platão, já que este lançou os fundamentos da prova aristotélica deduzida do movimento:

[...] quando descobrimos uma coisa mudando outra, e esta, por sua vez, uma outra, e assim por diante – destas coisas encontraremos uma que seja a causa primeira da mudança? Como poderá uma coisa que é movida por outra jamais ser ela mesma a primeira das coisas que causa mudança? É impossível. Mas

quando uma coisa que moveu a si mesma transforma uma outra coisa, e esta uma terceira, e assim o movimento se propaga progressivamente através de milhares de milhares de coisas, a seqüência completa de seus movimentos deve proceder de uma fonte primária, que dificilmente pode deixar de ser a transformação produzida pelo movimento que gera a si mesmo. (PLATÃO, 2010, p. 411)

O décimo movimento é para Platão a causa primeira, que gera sem ser gerada, por isso fonte de todo movimento e causa da existência de todas as coisas¹². Neste mesmo sentido no *Sofista*, Platão (1972, p. 200) afirma que certamente a geração das coisas possuem uma causa divina e não existem simplesmente por uma causalidade espontânea sem o auxílio de pensamento algum. O movimento automotor para Platão é um ser que possui vida e as coisas que estão vivas certamente possuem alma. A partir desse raciocínio, chega-se à conclusão de que a alma possui características do movimento que é automóvel. Por isso Platão (2010) afirma que a definição para alma é o movimento capaz de mover a si mesmo. A alma, por ter prioridade de origem, comanda o corpo que é submisso e por serem anteriores as coisas que possuem afinidade com alma surge a seguinte questão:

Que tipo de alma, então, diremos que tem o controle do céu, da Terra e de toda a revolução do universo? Aquela que é sábia e plena de virtude, ou aquela que não é nem uma coisa nem outra? [...] teremos que afirmar que a melhor alma governa a totalidade do universo e o conduz em seu curso, que é o do tipo descrito [e perfeito como ela]. (PLATÃO, 2010, p. 215)

Em seu diálogo Platão busca compreender que alma é a que tudo governa. Por isso trata na terceira pessoa “o Deus”, “um Deus”, “a Divindade”. Ele não sabe quem é esse Deus, mas compreende a necessidade de sua existência e pressupõe alguns de seus atributos, como por exemplo a necessidade de sua existência, a primazia na ordem dos seres, a eternidade, a bondade, a justiça. A questão a que se propõe é de altíssimo nível e o próprio mestre da Academia reconhece isso, não é possível olhar “[...] diretamente para o sol, como se com olhos mortais pudessemos jamais contemplar a razão e conhecê-la completamente; o modo mais seguro de contemplar o objeto que concerne a nossa questão é olhar uma imagem dele” (PLATÃO, 2010, p. 416)¹³. A razão a que Platão se refere é a razão divina da alma que impulsiona tudo, a ela “[...] todos deverão encará-

¹² Aristóteles (2002, p. 107) estabelece uma continuidade ao pensamento do mestre: “[...] se não existisse nada de eterno, também não poderia existir o devir. De fato, é necessário que o que advém seja algo, e é necessário que também seja algo do qual ele deriva, e que o último desses termos não seja gerado, dado não ser possível um processo ao infinito e dado ser impossível que algo se gere do não-ser.” Em outras palavras, segundo Aristóteles é necessário um ser eterno, caso contrário nada existiria. Esse ser deve ser incriado, pois é impossível regredir ao infinito quanto a causa das coisas ou então que algo seja criado a partir do nada.

¹³ Segundo Freire (1967, p. 138) a impotência da linguagem humana quando busca tratar sobre a Divindade é certamente causa de dificuldade para Platão, a falta de transparência é inevitável.

la como um deus [...] ao menos todos aqueles que não atingiram o derradeiro grau da loucura” (PLATÃO, 2010, p. 418). Diante disso, convida àqueles que não creem nos deuses a aceitarem os seus argumentos ou refutá-los:

O ateniense: [...] Será possível encontrar alguém que admita essa causalidade e, todavia, negue que “tudo está repleto de deuses”?

Clínias: Não há, estrangeiro, alguém que chegue a tal ponto de irracionalidade.

O ateniense: Vamos, então, estabelecer termos apropriados para aquele que até agora se nega a crer nos deuses, ó Megilo e Clínias, e nos livrarmos dele.

Clínias: Que termos?

O ateniense: Ou que ele nos ensine que estamos equivocados fazendo da alma a causa primeira de todas as coisas, juntamente com todas as afirmações consequentes que fizemos, ou que, sendo ele incapaz de dar uma explicação melhor do que a nossa, dê necessariamente crédito a nós, e pelo resto de sua vida viva na crença dos deuses. (PLATÃO, 2010, p. 418-419).

Em síntese Platão (2010, p. 413) afirma que a “alma é idêntica à fonte e movimento primários do que é, foi e será” e o auto-movimento é a definição daquela mesma substância que possui alma, ou seja, a alma se identifica com a causa primeira, faz parte de sua natureza e de sua substância divina.

Quanto a segunda causa da impiedade, isto é, a crença de que os deuses são indiferentes aos assuntos humanos, Platão se propõe também a advertir quem pensa assim. Primeiro ele pressupõe que aqueles que acreditam desta forma provavelmente o fazem por serem atraídos por uma divina afinidade para o que é de natureza semelhante, o que os leva a reconhecerem a existência dos deuses e inclusive a honrá-los. A partir disso, estes impiedosos raciocinam da seguinte maneira: se os deuses não fazem nada quanto as injustiças no mundo, logo eles são indiferentes às coisas concernentes aos homens. Por isso chegam ao “[...] presente mórbido estado mental, em que opinam que os deuses existem, mas que menosprezam e descaram os assuntos humanos” (PLATÃO, 2010, p. 419). Para convencê-los do contrário, argumenta Platão que sendo os deuses extremamente virtuosos eles se preocupam tanto com as pequenas, quanto com as grandes coisas, pois zelam com autoridade por todo o universo. Aliás sendo os deuses bons e excelentes seria impossível fazerem qualquer coisa ociosa ou indolente. A partir disso, Platão (2010, p. 424) explana uma providência¹⁴ divina que tudo conhece e orienta: “[...] todas as coisas estão ordenadas sistematicamente por aquele que cuida de tudo com o olhar na preservação e excelência do todo no qual cada parte, na medida de sua capacidade, sofre e age segundo o que lhe é apropriado”. Essa providência se dá porque

¹⁴ “[...] há um deus que controla tudo que é, e que o acaso e a ocasião cooperam com esse deus no controle de todos os assuntos humanos” (PLATÃO, 2010, p. 179).

“[...] todas as criaturas mortais são propriedades dos deuses, aos quais pertence também o céu inteiro”. (PLATÃO, 2010, p. 423).

Se um bom artesão, segundo Platão, apenas com uma única arte é capaz de cuidar das tarefas que lhe cabe de forma perfeita e esmerada, sejam elas grandes ou pequenas, quanto mais a divindade que é sobremaneira sábia cuidará de todas as coisas. Para Platão (2010, p. 424) “[...] todas as coisas estão ordenadas sistematicamente por aquele que cuida de tudo com o olhar na preservação e excelência do todo no qual cada parte, na medida de sua capacidade, sofre e age segundo o que lhe é apropriado”. Mostra-se claro mais uma vez que em um assunto tão importante como a providência divina Platão prefere usar o singular, isto é, um único ser superior, um Deus¹⁵.

É do raciocínio da providência divina que Platão assegura que não é de Deus que o mal provém, mas de outra coisa que não é esclarecida. Os deuses geraram as almas e essas são indestrutíveis, mas não eternas. Não poderiam ser eternas porque a eternidade é atributo daquilo que não tem início, nem fim, sendo, portanto, algo atemporal. As almas, por sua vez, foram geradas. Uma alma boa possui a tendência ao bem, enquanto uma alma má para a malevolência. De qualquer forma Deus “observando tudo isso concebeu uma posição para cada uma das partes de modo a assegurar a vitória da virtude no todo e a derrota do mal a mais fácil e a mais completa possível” (PLATÃO, 2010, p. 425). Sobre a alma recai a responsabilidade de ser virtuoso ou não, de ser bom ou mal: “Pois conforme a inclinação de nossos desejos e a natureza de nossas almas, cada um de nós via de regra adquire a qualidade correspondente” (PLATÃO, 2010, p. 426). E ainda:

[...] quando a transformação (mudança) for acentuada e inclinada para a grande iniquidade, os seres se moverão rumo às profundezas e às chamadas regiões inferiores, em relação às quais – sob os nomes de Hades e outros semelhantes – os seres humanos são assombrados pelas imagens mais aterradoras, tanto enquanto vivos como quando dissociados de seus corpos. E sempre que a alma [ao sofrer profundas transformações] obtiver uma parcela particularmente grande de virtude ou vício, por efeito de sua própria vontade e a influência poderosa da familiaridade, se isso ocorrer numa fusão com a virtude divina, ela se tornará notavelmente virtuosa e se moverá a uma região eminente, sendo transportada por uma senda sagrada a uma outra região ainda melhor, enquanto se ocorrer o oposto, ela mudará para o contrário [...] Deste decreto dos deuses nem tu nem qualquer outra vítima do infortúnio jamais se gabará de ter escapado. (PLATÃO, 2010, p. 426).

¹⁵ No *Timeu*, Platão (2011, p. 97-98) afirma: “Na verdade, o deus quis que todas as coisas fossem boas e que, no que estivesse à medida do seu poder, não existisse nada imperfeito. Deste modo, pegando em tudo quanto havia de visível, que não estava em repouso, mas se movia irregular e desordenadamente, da desordem tudo conduziu a uma ordem por achar que esta é sem dúvida melhor do que aquela. Com efeito, a ele, sendo supremo, foi e é de justiça que outra coisa não faça senão o mais belo”.

Apesar de Platão não apontar a origem do mal e a razão dele existir é certo que o mal não impera sobre o bem. Nesse sentido, de forma prática cabe, portanto, a cada homem discernir qual caminho trilhar, sendo que a consequência é estar com as almas boas ou estar com as almas más após a passagem desta vida. No *Fédon*, Platão (1972, p. 92) afirma que a alma que se assemelha a pureza, a bondade “se dirige, para o que é invisível, para o que é divino, imortal e sábio”, para a posse da felicidade onde não haverá males, enquanto a alma impura, poluída, repleta de prazeres, será atraída para o Hades. Para Platão, diante da existência do mal, muitas vezes aqueles que se tornaram grandes afortunados neste mundo – à custa de impiedades e outros crimes – são vistos pelos descrentes como reflexo da negligência dos deuses. No entanto, segundo Platão (2010, p. 427) os que não creem desconhecem a contribuição dos maus ao todo.

A terceira causa de impiedade que se refere a crença de que os deuses são passíveis de suborno mediante oferendas, também é tida como uma posição inadmissível e, como tal, merece argumentação para que seja refutada. Platão é objetivo e rechaça quem considera que os deuses poderiam se curvar a algum presente humano. Na verdade, não há nada que os homens possam dar aos deuses que os seduziriam, afinal eles são superiores a qualquer coisa humana e são sumamente justos como já demonstrado:

O ateniense: Deveremos dizer que aqueles que cuidam das coisas mais belas e que são eles mesmos extremadamente competentes nesse cuidado, são inferiores a cães e seres humanos comuns, que jamais trairiam a justiça por causa de presente que lhes fossem oferecidos por homens injustos?

Clínias: De modo algum! Seria algo intolerável dizê-lo e todo aquele que acolhesse um tal parecer seria com justiça estimado como o mais desalmado e o mais ímpio entre todos os ímpios que praticam a impiedade sob todas as suas formas. (PLATÃO, 2010, p. 429)

Platão considera que esse prelúdio feito as leis referentes a impiedade foi útil, ainda que modesto, foi provado plenamente que os deuses existem que se importam com assuntos humanos e que não podem ser seduzidos a fim de transgredir a justiça. A partir dos argumentos apresentados por Platão discorreremos no próximo tópico sobre os desdobramentos de seu pensamento.

4. Desdobramentos decorrentes da concepção sobre Deus de Platão

O caminho percorrido até aqui demonstra a forma enfática com que Platão defende a existência dos deuses e, como já visto, especialmente a existência de um Deus primeiro. Disto decorre a formulação de leis que assegurem que os cidadãos não pratiquem a impiedade e mesmo

busquem a Deus. Por isso, Platão, (2010, p. 430) exclama: “Após o prelúdio seria lógico que nós estabelecêssemos uma fórmula que explicitasse o sentido de nossas leis, um anúncio a todos os ímpios para que abandonassem suas sendas a favor dos caminhos dos piedosos”.

Diante disso é redigida pelo Ateniense a lei referente à impiedade que dentre tantos pontos estabelece que: qualquer um que vir alguém cometer impiedade quer por palavras ou por ações deve, imediatamente, levar o fato aos magistrados para que esses levem o acusado à corte para ser julgado, se o magistrado se omitir ele mesmo pode ser acusado de impiedade. A partir de então “se alguém for condenado, a corte estabelecerá uma penalidade para cada ato independente de impiedade. O aprisionamento será aplicado em todos os casos [...]” (PLATÃO, 2010, p. 430). São três as prisões do Estado onde serão detidos os impiedosos, sendo que para cada uma das três causas contra os deuses há duas formas de impiedade, totalizando seis tipos de atos que devem ser punidos pelo Estado através das leis.

Referente àqueles que não creem de modo algum nos deuses, há pessoas comuns que são justas e odeiam instintivamente o mal, e há pessoas com inteligência aguda que possuem uma capacidade acentuada de perverter os outros e é destes últimos que surgem tiranos, demagogos, sofistas, entre outros. Para Platão (2010, p. 432) a segunda classe “[...] comete crimes que nem duas mortes puniriam; quanto à outra, para puni-la bastará a advertência e a prisão”. Quanto aos outros quatro atos de impiedade, Platão (2010, p. 432) se pronuncia de maneira geral e estabelece a seguinte lei:

[...] serão colocados pelo juiz de acordo com a lei no reformatório por um período não inferior a cinco anos, durante o qual nenhum dos outros cidadãos se relacionará com eles, exceto aqueles que participam da assembleia noturna, os quais lhes farão companhia a fim de administrar a salvação às suas almas através do aconselhamento; findo o período de encarceramento, se qualquer um deles parecer recuperado, passará a morar com aqueles que estão recuperados, mas se este não for o caso, e se for condenado novamente sob uma acusação semelhante, será sentenciado à morte.

Todo o livro X se desenvolve a partir da concepção de Platão de que a existência de Deus é fundamental para a vida do ser humano e do Estado¹⁶. Nesse sentido, para ele somente a divindade poderia garantir a regularidade e harmonia da ação humana em seus âmbitos políticos, sociais, culturais e cósmicos. É por isso que a impiedade e o não respeito à lei equivalem-se: “[...]”

¹⁶ Platão (2010, p.186) considera que quando Deus não está presente no Estado “nesse lugar as pessoas não têm trégua em relação ao peso dos males e das dificuldades”, é necessário ordenar “tanto nossos lares quanto nossos Estados segundo o acatamento ao elemento imortal no nosso interior”, isto é, ao elemento divino presente no íntimo do homem.

ninguém que acredite, como é prescrito pela lei, na existência dos deuses jamais cometeu uma ação ímpia voluntariamente ou proferiu uma palavra criminosa”. (PLATÃO, 2010, p. 397). Diante disso, afirma Luc Brisson (2003, p. 38):

Ao cidadão das Leis basta, então, levantar a cabeça para se convencer da existência dos deuses e para ser persuadido de que o mundo não está abandonado ao acaso e que o estabelecimento de leis permite, na sociedade, o advento de uma ordem que reproduz a que se manifesta no universo e principalmente no céu.

É um perigo para Platão o ateísmo, pois é da indiferença para com os deuses que surgem males que prejudicam os homens. Logo, acreditar nos deuses implica em considerar que pertencemos a eles e devemos viver de forma que nossas vidas se assemelhem a dos deuses: “[...] o ser humano foi fabricado, como dissemos antes, para ser um brinquedo da Divindade, consistindo nisto efetivamente sua melhor parte. Partindo daí, portanto, digo que todo homem e toda mulher devem percorrer todo o curso de sua existência desempenhando esse papel [...]” (PLATÃO, 2010, p. 295). Ou seja, o papel de buscar as coisas sérias, isto é, os assuntos divinos. É nesse sentido que Giovanni Reale (1997, p. 529) reúne diversas passagens da obra de Platão para demonstrar o quanto o homem deve se assemelhar a Deus, imitando-o na justiça, na virtude, na santidade e na sabedoria divina. Portanto, o homem não é a medida de todas as coisas como dizia a máxima de Protágoras, na verdade, dirigindo-se aos sofistas Platão (2010, p. 189-190) afirma:

Aos nossos olhos a divindade será “a medida de todas as coisas” no mais alto grau – um grau muito mais alto do que aquele em que está qualquer ‘ser humano’ do qual eles falam. Aquele, portanto, que pretende se tornar caro a um tal ser precisa se empenhar com todas as suas forças para se tornar na medida do possível, de um caráter semelhante [...]

A lei severa proposta por Platão pode ser entendida a partir da gravidade que ele atribui ao assunto. Não se trata aparentemente de uma simples liberdade religiosa, mas de uma ameaça grave à sociedade, ao bom senso, à vida humana e à verdade. Dodds (2002, p. 225), referindo-se a Platão afirma: “Ele estava tentando salvar a sociedade da contaminação com pensamentos perigosos que na sua opinião estavam visivelmente destruindo os princípios da conduta social”. Por isso orienta Platão (2010, p. 189) que “o que deve pensar todo homem é estar entre aqueles que seguem na trilha do deus” e ainda:

[...] de todas as regras é a mais nobre e a mais verdadeira – a saber, que se dedicar ao sacrifício e à comunhão dos deuses continuamente por intermédio de orações, oferendas e devoções de toda espécie constitui algo sumamente belo, bom e útil

para a vida feliz, sendo também soberanamente adequando ao homem bom; (PLATÃO, 2010, p.190)

A concepção sobre Deus exposta no livro X implica necessariamente a obrigatoriedade da crença, sob o risco de punição segundo a lei do Estado. Como visto, Platão considera que é fundamental para a sociedade a doutrina, sob o risco de haver o declínio do próprio Estado. Além disso, a natureza do homem é orientada, por causa de sua semelhança, ao divino que tudo ordena segundo a justiça. O mal, portanto, apesar de existir não triunfa sobre o bem. Cabe a cada homem orientar sua alma para a vida virtuosa, boa e justa de forma que após essa vida se reúna com seus semelhantes. É inaceitável para Platão a descrença nos deuses. Além disso, a existência de um Deus supremo é necessária e aquele que se colocar de maneira prudente para compreender os argumentos há de concordar comigo, diz Platão (2010. p. 402).

5. Considerações finais

Explicitar a existência de um deus supremo na estrutura do pensamento metafísico platônico a fim de estabelecer um fundamento necessário da realidade foi o objetivo basilar deste artigo. Ao identificarmos em que contexto o diálogo platônico está inserido, compreendemos de que forma Platão lida com as peculiaridades da cultura grega no intuito de explicar verdades eternas que ultrapassam a concepção politeísta mítica. É notório quem em uma obra exotérica destinada ao grande público há a diligência em tratar assuntos elevados capazes de transformar a vida individual e, em grande escala, o Estado em si. Atento a delicadeza do assunto Platão se preocupou em reforçar a doutrina antiga dos deuses e tudo o mais que expôs quanto aos princípios eternos, sem deixar nada sem ser dito. Além disso, analisamos a argumentação utilizada para sustentar a existência dos deuses sendo que a exposição realizada quanto a primeira causa de impiedade se mostra como a mais eficaz. No entanto, é fundamental, diante da importância do assunto que todos os meios possíveis sejam utilizados para que as pessoas sejam, se necessário, até mesmo persuadidas a acreditar nessa verdade fundamental.

Concordamos que a disposição que o homem possui de investigar as realidades metafísicas é fruto, justamente, da inclinação para as coisas divinas. Portanto, é coerente que o raciocínio filosófico se debruce sobre estas questões tão nobres a fim de vasculhar, dentro do possível, os axiomas indispensáveis para a existência. A contribuição dos princípios explicitados por Platão na vida do homem e da sociedade perpetua na vida de cada indivíduo, que chamado a viver conforme a semelhança com Deus, busca ser virtuoso e bom, sendo que aquele que desdenha da divindade,

por vezes, desvia-se da vida justa. É por isso que a defesa em favor daquele que tudo ordenou se mostra sempre atual.

Portanto, concluímos que Platão defende veementemente a crença nos deuses e em Deus, sob o risco eminente de colapso da ordem da vida humana e não só por isso, mas principalmente pelo raciocínio lógico que exige essa verdade. Segundo a relevância, sempre perene, do problema da existência de Deus, é preciso sempre revisitar o pensamento platônico acerca do tema e à luz deste, promover novas discussões filosóficas na contemporaneidade.

Referências

AGOSTINHO. Confissões. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. A Cidade de Deus: (contra os pagões) parte I. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/aristoteles_etica_a_nicomaco_poetica.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Metafísica. trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

DODDS, Eric Robertson. Os Gregos e o irracional. Tradução de Paulo Domenech Oneó. São Paulo: Escuta, 2002.

HIRSCHBERGER, Johannes. Historia de la Filosofía. Barcelona: Herder, 2011. Disponível em: <<https://pt.br1lib.org/book/5708813/5ae02b>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PLATÃO. As Leis. 2. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2010.

_____. Diálogos - O Banquete - Fédon - Sofista - Político. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

_____. Timeu-Crítias. 1. ed. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2011.

REALE, Giovanni. Para Uma Nova Interpretação de Platão. São Paulo: Loyola, 1997.

_____; ANTISERI, Dario. História da filosofia: filosofia pagã antiga. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

WHITEHEAD, Alfred. Proceso y realidade. Buenos Aires: Losada, 1956.

FREIRE, António. As provas da existência de Deus em Platão. Revista Portuguesa de Filosofia, v.27, n.3, p.225-256. Jul-Set/1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40335073>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Aspectos da ideia de Deus em Platão. Revista Portuguesa de Filosofia, v.23, n.2, p.135-160. Abr-Jun/1967. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27860106>> Acesso em: 15 jun. 2021.

BRISON, Luc. A religião como fundamento da reflexão filosófica e como meio de ação política nas Leis de Platão. Kriterion: Revista de Filosofia, n.107, p.24-38. Jun/2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/kr/a/PxqKdCz9Vc5VBR3b9MD3ddj/?lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

Reconhecimento e conflito de interesses:

Os autores do presente artigo reconhecem que não há conflito de interesses de qualquer natureza.